

## AS DINASTIAS POLÍTICAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (1947-1963)<sup>1</sup>

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda<sup>2</sup>

**Resumo:** O fenômeno de famílias de políticos perpetuando-se em cargos públicos é recorrente e presente em todo país, algumas dinastias mantêm-se nos postos desde o Império até atualidade. Um momento que desafiou tais predomínios ocorreu na democracia de 1945-1964, em que mais atores políticos concorreram e os opositores puderam exercer seus mandatos eletivos. Transformações na classe política ganharam impulso, os bacharéis passaram a conviver cada vez mais no parlamento com operários, comunistas e pouquíssimas mulheres. O caso de Minas Gerais apresentou uma correlação de forças peculiar no legislativo, nesta periodização apenas um comunista e nenhuma mulher foi eleita, em contrapartida, 53% dos deputados estaduais provinham de famílias de políticos; com dinastias de destaque por sua longevidade e por sua projeção estadual e nacional, como os Pinheiro, os Andradas e os Neves. O objetivo dessa proposta é investigar a relação entre as dinastias políticas e as extensas carreiras políticas. Para isso, 200 trajetórias dos deputados estaduais foram analisadas (1947-1963), pontuando a idade ingresso na atividade política, tempo de carreira e número de cargos ocupados a fim de comparar os grupos. Os resultados apontam, além das singularidades sociopolíticas mineiras, que uma carreira de projeção nacional e/ou ocupar vários cargos eletivos têm como denominador comum uma socialização política precoce no seio familiar e as várias oportunidades abertas desde cedo por essas redes de relações.

**Palavra-chave:** Dinastias políticas. Minas Gerais. Deputados estaduais. Famílias. Carreira parlamentar.

## THE POLITICAL DYNASTIES IN THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF MINAS GERAIS (1947-1963)

**Abstract:** The families maintenance in politics for many generations is a frequent characteristic in all Brazilian regions. Some political dynasties still hold a public office since Imperial Brazil (1822-1889) until nowadays. A challenging moment for their predominance was the democracy in 1945-1964, when more political actors could participate in the political competition; especially, the opponents were allowed to assume their electoral mandates. The undergoing political class transformations permit traditional politicians share the parliament with workers, communists, and a few women. In the case of the state of Minas Gerais another political composition was verified, only one communist and no woman was elected in the state legislature during 1947-1963. Meanwhile, 53% of the politicians were from political dynasties. Indeed, durable and national political dynasties arise from Minas Gerais state assembly, such as the family Pinheiro, the Andradas, and the Neves. The aim of this study is to investigate the relationship between political dynasties and long political careers. For this, 200 careers paths from state parliamentarians were analysed (1947-1963), considering the first political experience, career length, and the number of public offices occupied with the objective to compare dynasties and other politicians. The results point out that successful careers have in common early political socialization and opportunities open by family relations. Moreover, highlights Minas Gerais political and social singularities.

**Key words:** Political dynasties. Minas Gerais. Assembly member. Families. Parliamentary career.

<sup>1</sup> Esse texto foi originalmente apresentado no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia em julho de 2021. Profissionais de várias de instituições contribuíram para esse trabalho, principalmente nas câmaras municipais e prefeituras. Agradeço aos historiadores Ricardo Souza, Nilza Cantoni, Wilson Colares Da Costa e Antônio Carlos Faria Paz pela colaboração. A Mauro Silper pelas informações concedidas. Ao Arquivo Histórico Arca, de Rio Casca -MG, à Escola do Legislativo da Câmara de Ponte Nova – MG, à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e ao TRE-MG. A pesquisa está vinculada ao processo nº 2019/21369-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Visiting PhD Researcher no King's College London. Bacharel em Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP. E-mail de contato: [larissa.rvarruda@outlook.com](mailto:larissa.rvarruda@outlook.com)

## **Introdução**

O fenômeno dos indivíduos mobilizando suas redes de relações familiares para perpetuarem na vida política foi chamado por Bourdieu (2008, p.31) de Dinastias Políticas. Para Mosca (1939, p. 61) é inegável a vantagem de obter uma educação para a política desde cedo, ainda mais em cargos decisivos com assuntos de altas consequências. Esse indivíduo adquire o conhecimento sobre as regras sociais desse meio específico, o que ajuda a escapar de equívocos geralmente inevitáveis para aqueles que desconhecem o mundo político. Embora supostamente a competição esteja aberta a todos, na prática, a maioria da população não tem os meios de cobrir a longa preparação necessária. Além disso, é mais fácil atingir esse objetivo quando se tem contatos e relações de parentesco, auxiliando a posicioná-lo no lugar certo.

Com essa finalidade, é comum os políticos prepararem seus filhos e dar o seu próprio nome para garantir a associação e transferência de capital político. Segundo Bourdieu (2011, p. 204) o capital político remete a “[...] um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido.” Seria um capital social de tipo político adquirido em estruturas burocráticas através das redes de relação familiares. Aquele que detém esse capital “[...] assegura [...] uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos, residências, veículos, hospitais, escolas etc.”. Em alguns casos extremos, levaria a uma “patrimonialização dos recursos coletivos” (BOURDIEU, 2008, p. 31).

Não se pode ignorar a persistência das Dinastias políticas, mesmo diante das mudanças de regimes na história política brasileira. Após falseamento da representação política da Primeira República (1889-1930), das persistentes limitações do direito do voto dos anos 1930 (LEAL, 2012) e vários anos sem a realização de eleições; o interregno de 1945-1964 é reconhecido como a primeira experiência democrática no Brasil. Porém não foi suficientemente estudado, já que as análises se concentram no âmbito federal, especialmente nos estudos sobre legislativos. O esforço de compreender as Assembleias estaduais é insuficiente e vários pesquisadores alertaram que os entes subnacionais se caracterizam por dinâmicas próprias e não podem ser reduzidos a mera reprodução da esfera federal (CARNEIRO; DE ALMEIDA, 2008; ROCHA;; KERBAUY, 2014; SANTOS, 2001; TOMIO; RICCI, 2012). Nesse sentido, o trabalho de Lima Júnior (1983) mostrou as diferenças entre os sistemas partidários estaduais e o nacional no período de 1950-1962, sendo o nível estadual mais competitivo que o federal.

A importância do estudo das elites políticas deve ser entendida levando-se em conta, inicialmente, a estrutura das oportunidades políticas geradas pelo novo regime. Em particular, não custa lembrar que em 1945 os partidos passaram a ter abrangência nacional. A Justiça Eleitoral, criada na década de 1930, possibilitou menor esfera de controle dos mandões locais sobre o processo eleitoral. A oposição poderia exercer postos eletivos e houve alternância de partidos opositores; ainda que a suspensão do registro do Partido Comunista em 1947 fosse uma das várias limitações deste regime.

Cabe também lembrar o próprio arcabouço institucional que diferencia a atuação parlamentar entre os regimes. Sob a Constituição de 1946 os estados ganharam autonomia administrativa e competência legislativa. Neste período não havia tantas limitações às iniciativas dos parlamentares estaduais, que apresentaram proposições de conteúdo semelhante ao Executivo, tratando de matérias administrativa, tributária e orçamentárias. Portanto, o Legislativo e Executivo competiam pelas mesmas competências atribuídas aos estados. Com o regime militar, a atividade legislativa concentrou-se na produção de leis honoríficas e de utilidade pública (83% do total) devido às restrições institucionais. Após a Constituição de 1988, a esfera de atuação e prerrogativa de iniciativa dos deputados estaduais aproxima-se mais do regime militar do que com a Constituição 1946 (TOMIO; RICCI, 2012). Por causa da maior esfera de atuação legislativa estadual, o período delimitado é o das quatro legislaturas entre 1947-1963.<sup>3</sup>

Este trabalho é uma parte de pesquisa de pós-doutorado em andamento, que analisa a carreira de deputados estaduais de sete estados brasileiros.<sup>4</sup> A escolha das unidades subnacionais ocorreu conforme a existência e a organização dos dados, principalmente a disponibilização online pelas instituições, devido ao cenário da pandemia. Infelizmente considerável parte não expõe informações sobre ex-deputados, sendo necessária pesquisa no local. Também existe uma disparidade sobre o montante de informação oferecida, mas ao menos o nome, o número de mandatos e o partido da maioria foi informado.

Para esse artigo a seleção ocorreu conforme a maior incidência de famílias políticas de acordo com análise preliminar da 1ª legislatura (1947-1951) em quatro estados<sup>5</sup> (AUTOR, 2020). O exame das quatro legislaturas mineiras mostrou a estabilidade do fenômeno, totalizando 53% de dinastias

---

<sup>3</sup> Na legislatura de 1963-1967, os deputados sofreram interferências e coerções do Regime Militar, em 1964 ocorreram cassações. Por essa razão não foi incluída.

<sup>4</sup> Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Goiás.

<sup>5</sup> Incluiu Piauí, Rio Grande do Sul e Goiás. O número de dinastias na ALMG reflete a sistematização da informação do dicionário biográfico de Minas Gerais.

políticas. Os deputados estaduais foram considerados na amplitude de suas carreiras políticas, em que a delimitação temporal pode abranger desde a Primeira República até depois da democracia de 1988, a depender do primeiro e do último cargo exercido por cada parlamentar.

Minas Gerais apresenta algumas características particulares, seu grande território composto por várias regiões de difícil integração formam um verdadeiro “mosaico” (WIRTH, 1982). Os municípios cumprem papel relevante de propulsor das carreiras políticas, âmbito do primeiro cargo. Com uma economia importante e participação política dos mineiros no cenário nacional, ainda foram recorrentes no estado a violência política, perseguição dos opositores e clientelismo. Outro ponto que chama atenção, sobretudo se comparado aos políticos gaúchos, os contornos ideológicos são mais indefinidos. Os deputados estaduais do Rio Grande do Sul têm trajetórias partidárias mais demarcadas, uma maior coerência nos padrões de carreira. Enquanto os mineiros foram mais fiéis ao governismo,<sup>6</sup> aderiram mais à ARENA que ao MDB, possibilitando maior acesso às nomeações aos postos estatais. Além disso, apenas em 1963 foram eleitas as primeiras deputadas estaduais Maria José Nogueira Pena, do PTB, e Marta Nair Monteiro, do PDC.

O objetivo desse trabalho é investigar a relação entre as dinastias políticas e as extensas carreiras políticas. Para isso, será analisada a trajetória dos 200 deputados estaduais de Minas Gerais (1947-1963), verificando as diferenças nos percursos entre os que pertenceram às parentelas políticas e os demais.

Será considerado o momento da entrada na política, conforme Codato (2008) a idade que o político iniciou (antes ou depois dos 40) indica se a política foi a primeira opção, dando um parâmetro da atratividade desta carreira. Portanto, a hipótese é de que nascer em uma dinastia política aumenta a probabilidade de uma entrada precoce na vida pública, assim como exercer uma extensa carreira. Alguns parlamentares são educados desde pequenos para atividade política, enquanto outros exercem outras profissões e depois se dedicam à política. Contabilizar o tempo de carreira e o número de cargos exercidos demonstra se existe diferença na extensão dos percursos entre os grupos. É preciso considerar que concomitantemente as lideranças tradicionais também estiveram presentes líderes sindicais, operários que não cursaram os bancos das tradicionais universidades.

O trabalho está organizado da seguinte forma: a próxima parte trata de alguns elementos da história política, bem como particularidade de Minas Gerais. Em seguida a metodologia da pesquisa

---

<sup>6</sup>Segundo Leal (2012), durante a Primeira República havia uma mistificação do regime representativo, dada a postura governista do sistema. Somente aquele que apoiasse o governo receberia benefícios, quem não o fizesse enfrentaria coerções e até sofreria perseguições. Então, o cidadão votava em políticos da situação, pois, sabia que a oposição não governaria com as mesmas condições.

será abordada, assim como os procedimentos realizados e as fontes utilizadas. Por fim, os dados sobre a carreira dos parlamentares. Os resultados apontam que os deputados deste estado, de modo geral, foram bem-sucedidos, principalmente se comparado aos demais. E as dinastias políticas tiveram mais êxito que os demais parlamentares, com suas longevas trajetórias públicas.

## **História Política**

Minas Gerais apresentava uma mini versão do federalismo brasileiro (VISCARDI, 2000; WIRTH, 1982). Assim como o Brasil, o estado tinha economia pujante, permeado por heterogeneidades e sobretudo ocupou uma posição particular na Federação. Durante o período considerado (1889-1963), manteve importância econômica e política, mas dentro de seu território os contrastes ficavam expostos nos indicadores que o deixavam na segunda ou terceira posição, quando não os igualava aos piores índices do país. Essa seção tem como objetivo contextualizar brevemente suas singularidades e o cenário que propiciou o desenvolvimento dos deputados, bem como fomentou um parlamento com menor diversidade social.<sup>7</sup>

O Brasil tem uma trajetória história que produziu vários contextos particulares. Desde o período Colonial havia uma frágil relação entre as várias regiões que compunham o todo (CARVALHO, 1993), pois o território de proporções continentais esteve, por razoável período, isolado devido às dificuldades de comunicação e transporte. Tampouco existia conexão nas atividades econômicas, como a economia era voltada para mercado externo (FAUSTO, 1978), as crises ou prosperidades não repercutiam em todo o país, agravando a desigualdade econômica entre as regiões brasileiras.

A constituição do território mineiro está atrelada à exploração colonial. O desbravamento ocorreu devido à mineração e o próprio contorno do atual estado foi forjado segundo o interesse português de controlar e isolar a produção das demais potências europeias (WIRTH, 1982). Um grande território cortado por cadeias de montanhas que geograficamente dificultam a integração estadual. Caracterizado por zonas heterogêneas que tiveram ocupação espacial, desenvolvimento

---

<sup>7</sup> Considerando o número de comunistas, mulheres, negros e operários nas 4 legislaturas, outros parlamentos foram pouco mais inclusivos. A ALRS teve três comunistas: Dionélio Machado, Antônio P. Machado Neto, Otto Ohlweiler; apenas uma mulher, Suely Oliveira; os deputados negros Waldemar Rodrigues da Silva e Carlos da Silva Santos, o líder umbandista Moab Caldas; e vários operários. Em Goiás três comunistas: Abrão Isaac Neto, Afrânio F. de Azevedo, Paulo A. da Costa. Três mulheres: Berenice T. Artiaga, Almerinda M. Arantes e Ana Braga de Queiroz.

social e econômico diferentes, por vezes conflitantes, as regiões cafeeiras da zona da Mata e do Sul de Minas tinham interesses econômicos divergentes dificultando uma coesão estadual sobre o tema.

Wirth (1982, p.42) fez uma divisão em sete regiões, conforme o mapa abaixo. A Zona da Mata se integrava ao Rio de Janeiro, enquanto o Sul e o Triângulo sofreram influência de São Paulo, já as regiões Norte e o Oeste da Bahia. O Centro abriga a sede de governo e em suas cidades barrocas isoladas dos demais floresceram as características que distinguem a “cultura mineira”.

Ainda que houvesse disputas políticas entre as zonas heterogêneas de um vasto território, ocorreu um revezamento de lideranças provenientes das diferentes partes (VISCARDI, 2000). E principalmente, em determinados momentos, como a depressão de 1897, a elite mineira soube se unir, algo que boa parte dos estados não conseguiram no período. A coesão possibilitava a influência na arena nacional.

Mapa 1- Regiões de Minas Gerais



Fonte: Viscard (2000)

Na Primeira República (1889-1930), o poder nacional envolvia um acordo entre os governos mineiro e paulista. Alguns estados, com média força, poderiam influenciar nas eleições presidenciais como o Rio de Janeiro, Bahia e o Rio Grande do Sul (ABRUCIO, 1998).<sup>8</sup> Com importância crescente no período e em alguns aspectos chegou a ultrapassar Minas Gerais, o estado do Rio Grande do Sul desequilibrava o arranjo pactuado (LOVE, 1975). Enquanto a maioria das unidades federadas necessitavam das verbas federais, o que significava ter que aceitar a configuração estabelecida.

<sup>8</sup> Interessante notar que Bahia e Rio de Janeiro sofreram intervenção federal (CARONE, 1977) e o Rio Grande do Sul não.

O Federalismo brasileiro, estabelecido neste regime, nasceu sem relação de interdependência entre a União e os estados. Pelo contrário, havia um desequilíbrio federativo (ABRUCIO, 1998). De um lado, os estados de São Paulo e Minas Gerais eram mais fortes frente a União; de outro lado, a os demais não tinham forças perante a União, muito menos autonomia.

É interessante destacar como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul tinham características que se destacavam como, por exemplo, na infraestrutura, no desenvolvimento social, na economia, e na política partidária (LOVE, 1975, 1982; WIRTH, 1982). Sobre a economia, São Paulo e Minas Gerais tinham as mais vigorosas, com mercado voltado para o exterior; enquanto a do Rio Grande do Sul também pujante, tinha economia voltada para mercado interno. Em 1920, as manufaturas gaúchas tinham superado as de Minas Gerais e do Distrito Federal e o governo federal recebia mais impostos dos gaúchos do que dos mineiros.

O desenvolvimento econômico proporcionou investimentos em saúde e educação. Os três estados tinham a maior população alfabetizada do país, ou seja, os habilitados a votar. Juntos tiveram 52% dos eleitores em 1930, o que representava 54% dos votos totais. São Paulo tinha 19% dos eleitores, Minas Gerais 19% e Rio Grande do Sul 16% do eleitorado (LOVE, 1975, p.121). Minas Gerais não era o estado mais populoso desde 1920, sendo ultrapassado por São Paulo, que também passou ter o maior número de eleitores.

A particularidade de Minas Gerais se deve ao fato de ser um estado importante e rico, comparado a maioria das unidades federadas, mas ficava atrás de São Paulo e Rio Grande do Sul em indicadores como renda per capita e saúde pública.<sup>9</sup> Em termos de desigualdades regionais, questões infraestrutura se comparava as partes menos desenvolvidas brasileiras. Ainda que fosse um dos estados com maior número de alfabetizados, os analfabetos eram 2/3 dos mineiros em 1930, em um período que o país como um todo tinha baixos níveis de escolarização. Além disso, Minas não atraía fluxos migratórios, pelo contrário, apesar da alta taxa de nascimento perdia população (WIRTH, 1982, p.142). Nem conseguia ter o controle e coesão do território como os outros dois.

Com a Revolução de 1930, a política se complexificou com a entrada de novos atores na competição. Na tradição mineira do governismo, parte da elite apoiava Vargas, mas a facção do ex-presidente Arthur Bernardes persistia e desafiava o governo federal. Intrincadas configurações, como a dificuldade das lideranças se unirem, propiciava que os elementos do Governo Provisório

---

<sup>9</sup> Minas Gerais tinha uma base tributária fraca, mesmo em momentos de alta nas exportações não tinha receita suficiente para investir em escolas, saúde e infraestrutura. Desde 1931-1945 a renda de Minas Gerais e Rio Grande do Sul se igualaram, mas gaúchos e paulistas pagaram mais impostos e fizeram mais investimentos (WIRTH, 1982, p.281-87).

interferissem no estado. Em geral, Minas Gerais continuou sendo um estado no centro da atenção do governo federal, com lideranças atuantes no cenário nacional (BOMENY, 1980).

Passado o período do Estado Novo (1937-1945) sem eleições, a democratização em 1945 trouxe os estados outra vez como atores relevantes do cenário político. O sistema multipartidário, que refletia a tradição de partidos estaduais, foi dominado por três agremiações principais (PSD, UDN e PTB) e vários pequenos partidos com variável ordem de importância em cada estado.

Em Minas o PSD contava com forte estrutura conseguindo a governadoria por duas vezes (1951-1955; 1956-1961) e a UDN por outras duas (1947-1951; 1961-1966). Na Assembleia o PSD foi o maior partido nas quatro legislaturas e o PR ficou em segundo lugar por três vezes. Na terceira posição se revezavam a UDN e ora o PTB. Considerando o total de votos nas eleições municipais, estaduais e federais (1945-1954) o PSD realmente obteve a mais expressiva votação, seguido pela UDN, PR e PTB. Apesar da tendência de concentração nos grandes partidos (PSD, UDN, PR), foi possível detectar declínio de seu eleitorado, o que se relaciona com urbanização e industrialização (CARVALHO, 1981; FLEISCHER, 1977, 1981, 1973).

## **Desenho de Pesquisa**

Conforme citado, a quantidade de informação disponibilizada variou conforme as unidades subnacionais. No caso de Minas Gerais, a ALMG não expõe a biografia de cada deputado online, mas oferece dados precisos sobre a legislatura, como as datas da posse, licenças e renúncias, quem pertenceu à mesa diretora, às comissões e as lideranças das bancadas. Para traçar o perfil e a trajetória dos parlamentares, a Assembleia enviou o Dicionário Biográfico de Minas Gerais (MONTEIRO, 1994), organizado pelo legislativo e a UFMG, que serviu de base para esta pesquisa.

Um problema enfrentado foi a frequente ausência de informações municipais. Entre 5.568 municípios brasileiros existe enorme desigualdade, Minas Gerais, o estado brasileiro com maior número deles (853), apresenta grande diversidade. Além disso, em âmbito municipal existe razoável desorganização em relação à memória política local. Nesse sentido, muitas vezes os dados são pouco precisos e, às vezes, contraditórios. Foi necessário contatar as prefeituras, as câmaras municipais, as sociedades privadas e os parentes para levantar e confirmar informações. Em vários casos, não obtive respostas, em outros as instituições municipais declararam não saber quem foram os ex-prefeitos e ex-vereadores, sobretudo no que se refere aos dados da Primeira República e anos 1930. Em alguns casos, a negligência em âmbito municipal foi corrigida pelo trabalho de pesquisa dos historiadores.



Além dos dados mencionados, foram utilizadas as entrevistas dos parlamentares à ALMG<sup>10</sup>. Como complemento foi usado o dicionário do CPDOC, informações da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e jornais.<sup>11</sup> O TRE- MG enviou dados e documentos das eleições municipais entre 1945 e 1990, entretanto, a eleição 1950 não contém dados municipais. Portanto, para a Primeira República, anos 1930<sup>12</sup> e 1950 foi preciso contar com o que os municípios informam, nem sempre oferecidos. Nesses casos de divergência de informação, o dado não foi inserido na pesquisa.<sup>13</sup>

Sobre o procedimento de inclusão dos deputados de cada legislatura, o critério para entrar na amostra foi de o parlamentar ter assumido o mandato eletivo efetivamente. Em Minas Gerais ocorreu eleição suplementar em 1947 com a Assembleia já em funcionamento e o novo resultado modificou o número de cadeiras de cada partido, ambas listas foram incluídas. Outra situação, os deputados comunistas que perderam o mandato em 1948 estão igualmente presentes. Nesse sentido, a amostra contém os deputados que perderam mandato, aqueles que renunciaram, os suplentes que se efetivaram no mandato. Isso significa que temos mais parlamentares que o previsto na constituição estadual, que era 72 parlamentares a cada legislatura.

Também é preciso deixar claro os critérios de inclusão de dinastias. Elas foram consideradas como um grupo com relações de parentesco que contenha mais de um indivíduo exercendo atividades políticas. O parentesco não necessariamente de sangue (casos frequentes: sogro e genro, e cunhados). Foi incluído na categoria dinastia política tanto aquele que utilizou do capital do parente como também aquele iniciou e abriu os caminhos para sua família. Em boa medida, as informações sobre os parentescos provêm do dicionário (MONTEIRO, 1994). Em alguns casos consegui levantar políticos com mesmo sobrenome e da mesma cidade, mas não foi possível traçar o parentesco. Estes casos sem prova definitiva não foram classificados como famílias de políticos. Portanto, é plausível que o número de dinastias seja maior que o apurado.

---

<sup>10</sup> Programa Memória e Poder: Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv/assembleia/videos/index.html?idVideo=1112941&cat=87>>. Acesso em: 01/02/2021.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>; <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>; <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteriores>; <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 01/02/2021.

<sup>12</sup> Dados sobre as eleições dos anos 1930, em estados como Minas Gerais e Mato Grosso, estão nos Arquivos Públicos estaduais e não nos TRE. Portanto, disponíveis apenas para pesquisa local.

<sup>13</sup> Por exemplo, existia grande variedade de termos denominando o cargo do chefe do executivo municipal (superintendente, intendente, prefeito substituto, prefeito provisório etc.) e cada estado escolhia esse político de forma diferente, também com variações conforme o regime político. Quando não consegui informação se o cargo foi por nomeação ou através de eleição, essa informação deixou de ser contabilizada nas eleições vencidas ou nas nomeações de cada indivíduo.

Também é possível que o político pertença a uma dinastia e não necessariamente tenha se apoiado no capital do parente, é o caso de políticos que concorreram em partidos rivais. Igualmente, é preciso lembrar que nascer em uma família de políticos não é necessariamente garantia absoluta de longa carreira política, já que nem todos conseguem ser bem-sucedidos.

### **Os deputados estaduais de Minas Gerais**

A fim de verificar as possíveis diferenças na carreira política entre os dois grupos, três categorias serão consideradas: a idade em que exerceu o primeiro cargo público, o tempo de carreira e o número de cargos exercidos. Dadas as dificuldades com as informações já citadas, em alguns casos não foi possível calcular a data de início, sendo esta presumida em três casos<sup>14</sup> e não contabilizada para outros três deputados cujas datas de nascimento faltam.

Com base na discussão sobre profissionalização política, que se constitui com a formação de um campo autônomo com regras específicas de acesso e recompensa em que os recrutados estabelecem padrões particulares e rotinas que os diferenciam dos demais (BEST; EDINGER, 2005; COTTA; BEST, 2007; SEMENOVA; EDINGER; BEST, 2013) – a primeira experiência política foi apreendida de três formas. 1) Contabilizando os cargos eletivos exercidos no legislativo e executivo; 2) avaliando os postos nomeados no executivo (prefeito nomeado, secretário municipal etc.); 3) através de uma abordagem mais abrangente, com objetivo de traçar atividades de exercício político que contribuiriam para uma projeção pública, tais como participação em movimento sindical,<sup>15</sup> estudantil,<sup>16</sup> em práticas associativas e beneficentes<sup>17</sup> e postos partidários<sup>18</sup> anteriores ao primeiro mandato na Assembleia.

Abaixo o gráfico 1 expõe a idade da primeira experiência política dos deputados. Segundo dados de outro trabalho (AUTOR, 2020), os deputados de Minas se destacaram por terem experiência prévia ao primeiro mandato, pelo âmbito municipal dos primeiros cargos (44% deles) e por iniciarem cedo, o que se confirma ao analisar o todo, pois 77% dos políticos iniciaram antes dos 40 anos.

---

<sup>14</sup> Nos três casos presumi um ano antes do período provável do cargo. De acordo com a história política mineira, para o posto de agente executivo municipal ano de 1929 (cargo existiu entre 1903-1930), para o cargo de prefeito nomeado o ano de 1946 (geralmente entre 1930-47), para prefeito eleito presumi o ano de 1954, já que as eleições municipais ocorreram a partir 1947 ou entre 1935-36 e antes 1930. E a eleição foi antes do primeiro mandato, exercido em 1955-1959.

<sup>15</sup> Considerando a função de membro, de fundador, organizador ou presidente de sindicatos.

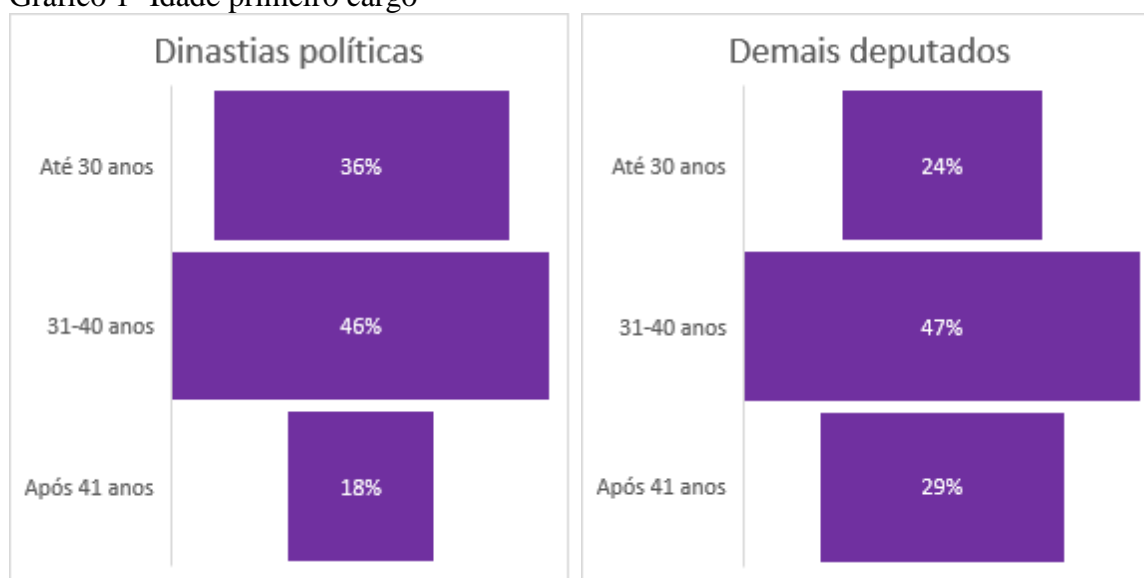
<sup>16</sup> Presidente de Centro Acadêmico, campanhas universitárias contra o Estado Novo.

<sup>17</sup> Participação ou liderança em solução de problemas como de transporte ou racionamentos durante a II Guerra Mundial. Trabalhos beneficentes, como o exercício da profissão gratuitamente.

<sup>18</sup> Membro ou fundador de partidos, participação na comissão executiva e presidência etc.

Quando os dois grupos são separados, a faixa etária de maior concentração é a de 31 a 40 anos para ambos. As diferenças encontram-se nos outros dois intervalos, as dinastias iniciaram mais cedo quase o dobro que os demais parlamentares (37 dos deputados das dinastias e 22 sem parentes). O inverso acontece com a entrada após 41 anos, dessa vez os demais deputados foram os que mais começaram tardiamente nas atividades políticas. Portanto, de forma geral, os políticos desse estado se engajaram cedo, principalmente aqueles das dinastias. E a política foi uma segunda opção de carreira, sobretudo entre aqueles sem parentes na política.

Gráfico 1- Idade primeiro cargo



Fonte: Elaboração própria a partir de várias fontes

A segunda comparação trata do tempo de carreira dos deputados. Foi calculado o número de anos entre o primeiro e último posto, não considerando possíveis pausas. A tabela abaixo aponta como a ALMG abrigou políticos que tiveram longas carreiras, o que contrasta com outros estados com alta incidência de carreiras curtas.

Comparando os dois grupos, novamente as famílias de políticos tiveram melhor performance. 54% das dinastias exerceram carreiras por mais de 20 anos. Por exemplo, Bonifácio José Tamm de Andrada, parente do patriarca da independência José Bonifácio de Andrada e Silva (MONTEIRO, 1991), exerceu postos políticos ininterruptamente entre 1954 e 2019. Atualmente seu filho é deputado

federal.<sup>19</sup> Enquanto os deputados sem parentes na política tiveram as carreiras mais curtas, já que 56% deles estiveram na política por até 20 anos.

Tabela 1 – Tempo de carreira dos deputados estaduais da ALMG

	Dinastias políticas	Demais deputados
Até 10 anos	20%	28%
10 a 20 anos	26%	28%
mais de 20 anos	54%	44%

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

É preciso frisar que na trajetória de vida dos parlamentares,<sup>20</sup> em sua maioria no século XX, houve vários impedimentos ao exercício da competição eleitoral, principalmente devido às duas ditaduras (1937-45 e 1964-85). Nesse sentido, as regras para opositores e os partidários do governo não foram as mesmas. A ditadura civil do Estado Novo proibiu eleições e ofereceu cargos nomeados aos alinhados ao regime. A ditadura militar cassou os adversários e aos adeptos do governo foram oferecidos vários postos. Isso significa que um político crítico do governo Vargas só poderia iniciar sua trajetória em 1945, enquanto outro governista poderia ter sido prefeito nomeado no Estado Novo. Do mesmo modo, as várias cassações impuseram pausas de 10 anos para aqueles que perderam direitos políticos, já os demais continuaram recebendo nomeações e puderam se candidatar aos postos eletivos. Assim, o tempo de carreira pode não ser a melhor medida.

Uma opção seria contabilizar a quantidade de tempo em cada atividade exercida. Mas diante da dificuldade com precisão dos dados, a opção foi contar o número de cargos exercidos. É o que a tabela 2 apresenta, somou-se os cargos eletivos e as nomeações.<sup>21</sup>

Mais uma vez, as famílias de políticos levam vantagem. 49% dos deputados que pertenceram às dinastias exerceram mais de 7 cargos, enquanto 28% dos demais políticos fizeram o mesmo.

<sup>19</sup> Foram 4 mandatos de deputado estadual, 4 vezes secretário estadual e 10 mandatos de deputado federal. O deputado faleceu em decorrência da covid 19 em janeiro de 2021. Disponível em <<https://www.unipac.br/lafaiete/noticias/2021/01/05/morre-aos-90-anos-o-reitor-da-unipac-bonifacio-andrada/>; <https://www.camara.leg.br/deputados/98057/biografia>>. Acesso em: 02/02/2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/de-pai-para-filho-familia-que-esta-ha-196-anos-no-congresso-prepara-dois-sucessores>>. Acesso em: 20/06/2018.

<sup>20</sup> O mais velho nasceu em 1885 e mais novo em 1931. Consegui identificar apenas um deputado vivo, Clodesmidt Riani. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/30-07-2020/com-quase-cem-anos-clodesmidt-riani-vence-a-covid-19.html>>. Acesso em: 03/06/2021.

<sup>21</sup> Nomeações para cargos políticos, jurídicos, administrativos etc. Exemplos que cargos políticos nomeados: prefeitos, secretário estadual, ministro de Estado, entre outros. Demais nomeações: conselheiros do Tribunal de Contas estadual, ministros do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, nomeações para empresas públicas estaduais, cargos e propriedade de cartórios, cargos de Relações Internacionais, entre outros.

Levando em conta a consolidação da base de dados da pesquisa em progresso, exercer entre 7 a 9 cargos pode ser considerado uma longa carreira a depender da unidade subnacional, diante da frequência de carreiras curtas.

Tabela 2– Total de cargos exercidos

	Dinastias	Demais deputados
1 a 3	23,50%	<b>35%</b>
4 a 6	28,30%	37%
7 a 9	24%	19%
mais de 10	<b>25%</b>	9%

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

A próxima tabela expõe as tendências nas carreiras dos dois grupos conforme o tempo. Em sua maioria ambos tiveram alguma experiência política anterior a entrada na Assembleia. Chama atenção que 43% dos políticos sem parentes tiveram experiência eletiva, enquanto 47% dos das dinastias exerceram um posto nomeado anterior ao mandato na ALMG. Isso pode sugerir que as dinastias tenham aderido mais ao governo, já que o grupo dos demais parlamentares iniciaram, em boa medida, em períodos com eleições (Primeira República, entre 1934-1937 e após 1945).

Após a passagem pela Assembleia, 62% das dinastias continuaram em atividades políticas, enquanto somente 42% dos demais políticos o fizeram. As famílias também se mostraram mais competitivas eleitoralmente, já que 47% foram eleitas e 17% dos demais parlamentares conseguiram a vitória eleitoral.

Tabela 3– Trajetória da carreira<sup>22</sup>

	Atividade política anterior		Cargos eletivos anteriores		Cargos nomeados anteriores		Cargos políticos posteriores		Cargos eletivos posteriores		Cargos nomeados posteriores	
	Dina.	Outros	Dina.	Outros	Dina.	Outros	Dina.	Outros	Dina.	Outros	Dina.	Outros
Não teve	28%	30%	71%	57%	53%	64%	38%	<b>68%</b>	53%	<b>83%</b>	36%	46%
Teve	<b>72%</b>	<b>70%</b>	29%	<b>43%</b>	<b>47%</b>	36%	<b>62%</b>	42%	<b>47%</b>	17%	<b>64%</b>	<b>54%</b>

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

<sup>22</sup> Os números dos cargos anteriores não totalizam 100%, pois nem todas as atividades políticas estão inseridas nas eletivas e nomeadas. Da mesma forma, os cargos políticos posteriores, pois os cargos políticos posteriores não contêm os cargos nomeados.

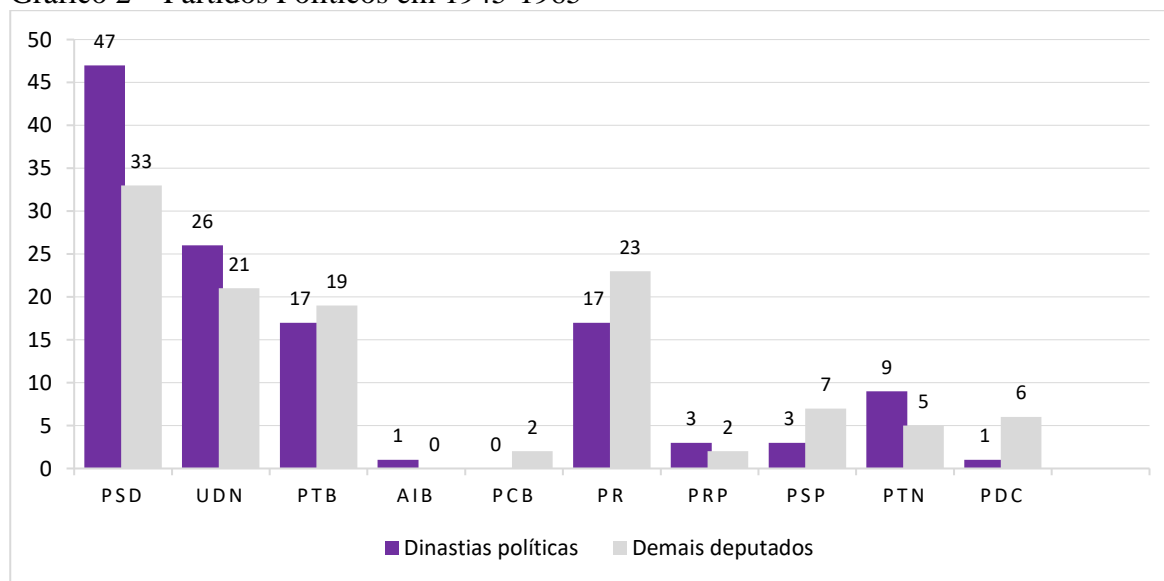
Um ponto a ser frisado sobre os cargos nomeados posteriores é que eles não são apenas para funções políticas, são também para funções jurídicas, administrativas, conforme explicado na nota 21. Nesse sentido, esta nomeação pode ser um entreposto temporário ou indica que o parlamentar optou por outra trajetória. Foi muito comum a renúncia do mandato para assumir o cargo de conselheiro/ministro do Tribunal de Contas estadual, onde se aposentou. É possível afirmar que no grupo dos demais parlamentares pode ter ocorrido a saída da vida política com a escolha por outras carreiras, pois 68% não tiveram postos políticos posteriores e 54% deles tiveram cargos nomeados.

Sobre o tempo de permanência no legislativo estadual, ambos grupos estiveram em sua maioria entre 1 e 2 mandatos. As dinastias foram os que menos continuaram na ALMG (47% com apenas 1 mandato). Por via de regra, não foi comum o exercício de longas carreiras dentro da Assembleia mineira.

O último tema a ser discutido é sobre a relação dos partidos políticos e as famílias. Em algum partido existiria mais dinastias? Ou essa é uma característica da política mineira? Para isso, foram apuradas as filiações por parlamentar, como foi frequente os casos de políticos com mais de um partido, o número de agremiações é maior que 200. Do total, 81 deputados pertenceram a um partido, a maioria filiou-se de 2 a 8 agremiações. A média foi de 2 partidos por deputado.

Abaixo estão expostos principalmente os partidos do período de 1945-1965, exceto pela AIB e PCB, que são anteriores. Outros partidos que apareceram foram o Partido Republicano Mineiro, da Primeira República, e o Partido Progressista (PP), da década de 1930.

Gráfico 2 – Partidos Políticos em 1945-1965



Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

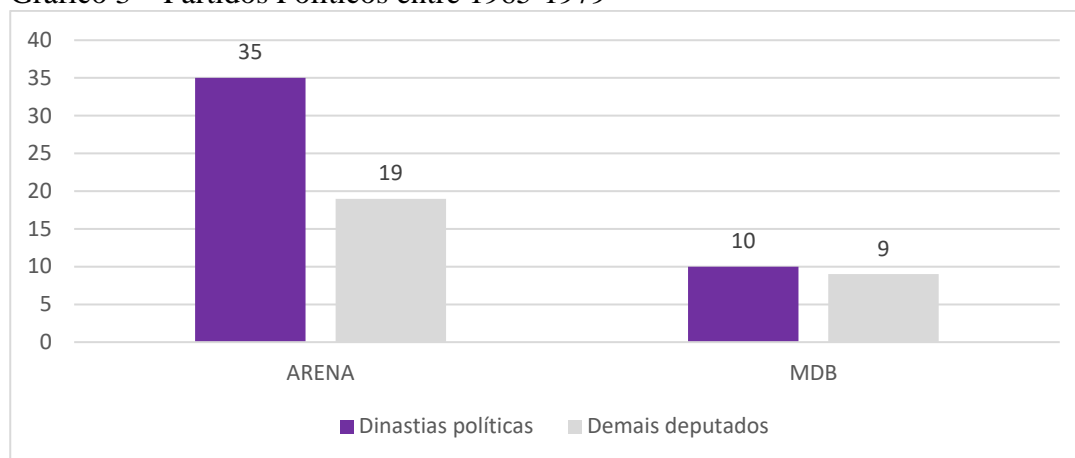
É preciso fazer algumas considerações sobre os partidos do período. Apesar da obrigatoriedade da nacionalização dos partidos, ainda persistiu “um sistema partidário profundamente estadualizado” (SOUZA, 2006, p.60). A mesma agremiação pode ter sido muito diferente a depender do estado selecionado e as rivalidades entre PSD e UDN, presente em Minas Gerais onde ambos eram fortes, não se repetiram em vários locais. Além disso, alguns partidos eram regionalizados, o PR foi um partido mineiro bases fortes no Rio de Janeiro e Bahia. O PL tinha força eleitoral no Sul do país e o PRP se originou da AIB (LIMA JÚNIOR, 1983). Os sistemas partidários remetiam às diferentes formações estaduais dos períodos anteriores.

Lima Júnior (1983) classifica o PSD, UDN, PR e o PL como partidos conservadores; PTN, PSP e PTB com orientações progressistas; o PCB, PDC, PRP como mais ideológicos. Dito isso, seria de se esperar uma grande concentração de dinastias nas agremiações conservadoras, o que ocorre no caso do PSD e UDN, mas não no PR. Depois do PSD e UDN, o maior contingente delas está no PTB e PR, ainda que em ambos os casos o maior o número seja de deputados estaduais sem parentes na política.

Apesar do PTN ser considerado progressista, em Minas Gerais seus deputados filiados pertenciam mais às dinastias. Mostrando a presença das famílias em vários espectros ideológicos. Portanto, apenas no que se refere aos deputados estaduais e aos partidos selecionados, as dinastias não foram predominantes, somente no PSD, UDN, PTN e PRP.

Por fim, o último dado apresentado é sobre a adesão dos parlamentares ao Regime Militar. Foi averiguado quantos deputados estaduais se filiaram à ARENA, partido do governo, e ao MDB, de oposição. Ao todo foram 73 filiações, pois muitos foram cassados e outros saíram da política. Independente do grupo observado, os deputados de Minas Gerais se filiaram mais a ARENA (54 filiações) do que ao MDB (apenas 19).

Gráfico 3 – Partidos Políticos entre 1965-1979



Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

### Considerações Finais

Os dados apresentados mostram que as dinastias tiveram mais sucesso. Provavelmente, este político exerceu seu primeiro posto público antes dos 40 anos em âmbito municipal, ficou pouco tempo na Assembleia (1 ou 2 mandatos) e pode ter se eleito outras vezes e/ou recebido nomeações, por exemplo uma secretaria estadual ou presidência de uma empresa pública. Totalizou mais de 7 funções públicas ocupadas. Portanto, confirma-se a hipótese de que ao nascer em uma dinastia aumentaram as chances de interesse precoce pela política e o indivíduo ostentar uma longa carreira política.

Nas dinastias que compõem a amostra existem algumas gradações. Parte significativa provém de filhos de famílias que controlavam os postos de poder em municípios, distritos ou regiões, com esfera de atuação mais localizada. Tanto que em alguns casos a própria ambição do deputado foi municipal/regional e não se candidatou aos cargos fora da zona geográfica de atuação. Outro grupo mais seletivo são aqueles parentes de políticos de projeção estadual e nacional, por exemplo as parentelas dos governadores e/ou presidente da República: Juscelino Kubitschek, João Pinheiro, Tancredo Neves e a liderança dos Andradas com base na cidade de Barbacena-MG.

Além das potencialidades oferecidas pela família certa, outro ponto significativo é o palco de desenvolvimento para atividade política propiciado no estado de Minas Gerais. Dito de outra forma, algumas unidades subnacionais oferecem mais condições socioeconômicas e oportunidades políticas. Nesse período, os mineiros não precisavam viajar para os estados vizinhos para obter educação superior, e o mais importante, diante das dificuldades de coesão estadual conseguiam se unir e tirar





proveito de sua relevância na Federação. Portanto, foi um espaço de aprendizagem da atividade política para aqueles ali estavam.

Ademais a presença significativa das dinastias no parlamento mineiro, a tendência de sempre apoiar o partido que está governando possibilitou o exercício das longas carreiras. O fato de as dinastias terem sido governistas viabilizou sua entrada precoce na política e promoveu os extensos currículos.

### **Lista de Abreviações**

ALMG- Assembleia Legislativa de Minas Gerais  
ALRS - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul  
TRE- Tribunal Regional Eleitoral  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

AIB- Ação Integralista Brasileira  
ARENA- Aliança Renovadora Nacional  
PCB- Partido Comunista Brasileiro  
PDC- Partido Democrata Cristão  
PL- Partido Libertador  
PR - Partido Republicano  
PRP- Partido Representação Popular  
PSD- Partido Social Progressista  
PSP- Partido Social Progressista  
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN- Partido Trabalhista Nacional  
MDB- Movimento Democrático Brasileiro  
UDN- União Democrática Nacional

### **Referências Bibliográficas**

ABRUCIO, F. L. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

BEST, HEINRICH; EDINGER, M. Convergging Representative Elites in Europe? An Introduction to the EurElite Project. **Sociologický ústav AVČR**, 2005.

BOMENY, H. M. B. A Estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, A. M. DE C. (Ed.). . .) **Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas sobre a Teoria de Ação**. 9ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2008.



BOURDIEU, P. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. nº 5, p. 193–216, 2011.

CARNEIRO, L. P.; DE ALMEIDA, M. H. T. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na Federação Brasileira. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 403–432, 2008.

CARONE, E. **A república velha. vol.2 - Evolução Política**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, J. M. DE. Federalismo Y centralizacion en el imperio brasileno: historia Y argumento. In: CARMAGNANI, M. (Ed.). . **Federalismo latinoamericanos: México, Brasil, Argentina**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993. p. 51-80.

CARVALHO, O. A Formação dos Partidos Políticos em Minas Gerais. In: FLEISCHER, D. (Ed.). . **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Caderno da UNB., 1981. p. Vol.II.

CODATO, A. A formação do campo político profissional no Brasil: Umahipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 89–105, 2008.

COTTA, MAURIZIO. BEST, H. **Democratic Representation in Europe**. [s.l.] Oxford University Press, 2007.

FAUSTO, B. A Revolução de 1930. In: MOTA, C. G. (Ed.). . **Brasil em Perspectiva**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Difel. Difusão Editorial S. A. Corpo e Alma do Brasil., 1978.

FLEISCHER, D. A re-democratização em Minas: recrutamento à Assembleia Legislativa, 1947-1977. **Cadernos do DCP (UFMG)**, v. 4, 1977.

FLEISCHER, D. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. **Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 01, p. 49–75, 1981.

FLEISCHER, D. V. O trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 7, n. 1, p. 99–116, 1973.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA JÚNIOR, O. B. **Os Partidos Políticos Brasileiros a experiência federal e regional: 1945-1964**. Rio de Janeiro: [s.n.].

LIMONGI, F. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. **Dados**, v. 58, n. 2, p. 371–400, 2015.

LOVE, J. **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LOVE, J. **A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937**. São Paulo: [s.n.].

MONTEIRO, N. DE G. **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**. Vol. II ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais., 1994.



MOSCA, G. **The Ruling Class. (Elementi di Scienza Politico)**. New York and London: McGraw-Hill Book Company, INC, 1939.

ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

SANTOS, F. G. M. **Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. FGV Editora, 2001.

SEMENOVA, E.; EDINGER, M.; BEST, H. **Parliamentary elites in central and Eastern Europe: Recruitment and representation**. [s.l.: s.n.].

SOUZA, M. DO C. C. de. **Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais** Maria do Carmo Campello de Souza. v. 21, 2006.

TOMIO, FABRICIO. RICCI, P. Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações Executivo/ Legislativo nos Estados (1951-2010). **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 13, n. 21, 2012.

TOMIO, F. R. DE L.; RICCI, P. O governo estadual na experiência política Brasileira: Os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 193–217, 2012.

VISCARDI, C. M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico. **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, v. 1, n. 1889, 2000.

WIRTH, J. D. **Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. O Fiel da Balança**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1982.

*Recebido em:* 11 set. 2021.

*Aceito em:* 30 nov. 2021.